



## **Apoiar DE VERDADE a Greve dos Técnicos-Administrativos APROVANDO a Greve entre os docentes das federais**

**E**

Em 11 de março, os técnicos-administrativos em Educação deflagraram a greve de sua categoria, por meio de seu sindicato nacional, a FASUBRA. Como principal reivindicação colocam a “reestruturação do PCCTAE com orçamento necessário – incluindo a recomposição salarial”, o que significa, na prática, se opor à política de congelamento salarial decretada pelo governo Lula/Alckmin. A greve já iniciou forte, com 32 universidades federais entrando em greve, e mais 18 realizando assembleia no dia 11, para deliberar sobre a participação. Outras devem posicionar-se ao longo das semanas, com o Comando Nacional de Greve devendo ser instalado em 18 de março, em Brasília.

A decisão da FASUBRA e dos companheiros técnicos foi a mais acertada. Apontou a greve para o primeiro semestre do ano, diante da negativa do governo em responder às reivindicações salariais e não-salariais, debatidas exaustivamente durante o ano de 2023. No presente, na Mesa Nacional de Negociação Permanente, o governo reafirmou o zero reajuste para 2024, sugerindo que, se a meta fiscal (de déficit zero) for atingida, pode indicar algum reajuste. Ou seja, a vida dos servidores federais e do próprio serviço público estão subordinados à política fiscal que beneficia o parasitismo do capital financeiro. É o saque das riquezas produzidas socialmente, contra a vida da população, que se utiliza dos serviços públicos, e contra as condições de vida e de trabalho do funcionalismo federal.

Os técnicos e a FASUBRA, no entanto, compõem apenas uma parcela do funcionalismo federal, que é reunida pelos dois Fóruns, o FONASEFE e o FONACATE. As direções políticas dos fóruns se têm delongado para tomar a mesma decisão, de aprovar a greve geral do funcionalismo federal, que teria força social para colocar o governo contra a parede, e arrancar o reajuste salarial e negociar os demais pontos da Campanha. É preciso que os sindicatos que compõem os Fóruns atuem contra essa política imobilista, e se aliem à decisão da FASUBRA, que rompeu o imobilismo e se colocou em ação. É fundamental que a decisão do 42º Congresso do ANDES-SN, nosso sindicato, de construir a greve, se transforme em ação efetiva,

de aprovação da greve, em todas as federais pelo país.

Uma greve das universidades pode arrastar atrás de si os institutos federais, bem como outros setores do funcionalismo, a exemplo dos trabalhadores da Previdência Social, da FENASPS, que, em outras ocasiões, iniciaram greves dos servidores. É possível derrotar o governo e impor reajuste salarial, a partir do que já foi aprovado nos Fóruns, 34,32% (para os setores que não tiveram aumento a partir de 2015), e 22,71% (para os que receberam, o que inclui os docentes das universidades). Além disso, é fundamental lutar pela recomposição das verbas das universidades, que só despencaram desde 2014, enterrar as propostas de Reforma Administrativa, revogar as instruções normativas que impedem o livre direito da greve, além de uma série de outras reivindicações específicas (planos de carreira, autonomia universitária, etc.) que nunca são levadas adiante.

***É preciso que nós, professores das universidades federais, aprovemos, ao longo desse mês de março, a GREVE IMEDIATA, para fazer frente à destruição das universidades e institutos federais, à destruição dos serviços públicos, e ao rebaixamento salarial que se têm imposto ao longo dos últimos governos. A hora é agora! Aprovar a greve da categoria e caminhar para a greve geral do funcionalismo federal!***

## **Greve do funcionalismo paulistano**

O que vivencia o funcionalismo federal, de arrocho salarial, de aumento do trabalho, de retirada de direitos, de ataque aos aposentados, também é vivenciado pelo funcionalismo de outras esferas, municipais e estaduais. É uma política geral de ataque aos serviços e aos servidores públicos, com o objetivo de centralizar o orçamento para o pagamento das Dívidas Públcas.

O funcionalismo da cidade de São Paulo resolveu enfrentar a ofensiva do governo Nunes/MDB, que atua em aliança com Tarcísio/Republicanos, para arrochar salários, aumentar a carga de trabalho e de perseguição ao funcionalismo, e sucatear os serviços públicos, em especial, a educação pública. A resposta do funcionalismo municipal foi a greve, que também se iniciou nesse mês de março, e pode se estender para o funcionalismo estadual paulista, que sofre com as privatizações, aumento da terceirização do trabalho, com o desemprego (entre os professores) e também o arrocho salarial. A unidade de todo funcionalismo é imposta pela realidade, pela política conjunta de todos os governos burgueses, de esquerda e de direita, que querem descarregar a crise orçamentária dos governos, parte da crise econômica, sobre as costas dos trabalhadores. É preciso organização e luta conjuntas.

***Todo apoio à greve do funcionalismo paulistano!  
Por reajuste salarial para todas as categorias do funcionalismo!  
Pelo mais irrestrito direito de greve!***